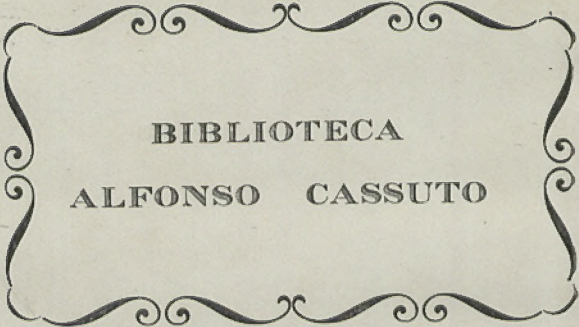


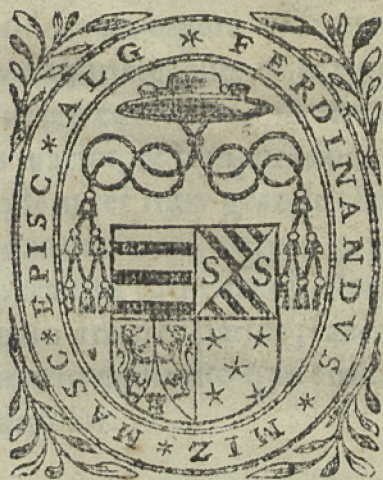
41- CASS



BIBLIOTECA
ALFONSO CASSUTO

H. 127 2002

TRATADO SOBRE OS VARIOS MEYOS, QUE SE OFFE- receraõ a sua Magestade Catholica para remedio do judaismo nesto Reyno de Portugal.



UT CONSUMMETVR
præuaricatio, & finem accipiat pec-
catum, & deleatur iniqui-
tas. Dan. 9.

RES
6729 P

COMPRA

TRATADO

OBREOS VARIOS

REYOS OVE SE OTTA

REYOS OVE SE OTTA

para remedio de inda me

neste Reyno de

Portugal.



OT COZY 2N M METAR

presentacion de su m acupit pec

causa de detentur impit

Nº 6 - 1732982



Istos, & examinados todos estes pa-
peis, tres generos de meynos se re-
presentão a sua Magestade nelles,
para se remediarem as cousas da
gente da nação Hebreá, que mora
nesto Reyno de Portugal, & se vão continuando
com tantos inconuenientes, & com tantos escan-
dalos, quantos são aquelles que a experiencia té
mostrado, principalmente nestes derradeiros té-
pos, em que se achão particularidades nunca
atégora ouuidas, & fallando com a distincção, que
importa em materias desta qualidade: o primeiro
genero he de meynos totalmente suaves, & faceis,
que já não podem ter lugar. O segundo genero
he de meynos totalmête seueros, & rigurosos, que
já não podem ter execução. O terceiro genero
he de meynos varios, & temperados, que proua-
uelmente podem ter muy grande effeito, se se or-
denarem, & continuarem com a prudencia que
conuem, & para que tudo se veja claramente, re-
parto o discurso em tres partes, fazendo aponta-
mento summario do muito que em cada materia
se pôde accumular.

P A R T E. I.

ENtrando na primeira parte algũas pessoas
doutas, & zelozas do remedio desta gente
Hebreá

Hebrea, & do bem publico deste Reyno, leuados da consideração *do cap. Qui sincera, do cap. Licet, dist. 45. & de outros textos*, em que nos negocios da Fè, & Religião se aprouão os meynos faceis, & suaves que causão boa inclinação, & amor, apontarão quatro meynos desta qualidade, como consta destes papeis.

O primeiro meyo he hũ perdão geral dado por sua Sanctidade, & por sua Magestade a toda a gente da nação, em qualquer estado, que esteja; os que tem esta opinião fundaõse em dizer, que por esta via entraraõ os christãos novos em sy começando noua vida, & pondose em differente reputação, & ajuntão, que desta maneira se atalhará o incendio, & danno, com que todos se vão perdendo com darem hũs nos outros, & depois dizerem, que o fizeraõ só por medo, cõ desejo de conseruar a vida.

Este meyo deue de ser excluydo, de maneira q̃ se não falle mais nelle, não se mudado os termos, em que de presente se achão as cousas dos homẽs da nação, como se tem mostrado a sua Magestade por diuersas vezes em largos arrezoados. i. Porq̃ o que se preende nesta deliberação, he extinguir o judaismo, & o perdão serue de escusar o castigo, & não serue de atalhar a culpa, pois não he meyo, que sirua para os christão novos errados se persuadirem na verdade de nossa sagrada

sagrada Religião, sem outra mais instrução, que os desengane em seus erros. 2. Porque a experiencia tem mostrado, que se não tirou nenhũ proueito de todos os perdões passados, pois sendo hoje os christãos novos menos em numero, que em outro tempo em Portugal, são muito mais os q̃ saem comprehendidos em judaismo, que antes; & a prudencia christão manda em regras de bom gouerno, que se não multipliquem semelhantes indulgencias sem effeito, pois em realidade tudo vem parar em maior impunidade dos delictos, 3. Porque o perdão geral, que vltimamēte se deu neste Reyno, não seruiu de mais que de tornarem os christãos novos, que se tinhaõ ausentado a elle, & preuerterem com doctrina falsa, que tinhaõ aprendido com liberdade em outras partes, muita parte da gente da nação, com que se aparentarão, & tratarão per confiança. 4. Porque ate as pessoas da nação de maior importancia, & de melhor animo tẽ este remedio por pouco accommodado para o fim, q̃ se pretende, & claramente dizem, q̃ he afrontoso àquelles, q̃ se querẽ cõseruar em credito, & reputação de bõs christãos.

O segundo meyo he tirar-se toda a distincção, que ha de Christão velho, & christão nouo, & ordenar, que todos sejam tratados com igualdade nos foros, & nos officios, & beneficios, sem se levar olho em mais, que nos merecimentos de

cada pessoa sem outra algũa cõsideração ; os que tem esta opinião por boa , fundãona em quatro razões. A primeira he dizerem, que os Cõcilios antigos mandão, que na Republica christãa não haja nenhũ genero de destinação entre os Christãos antigos , & aquelles, que de nouo se conuertem do judaísmo , sô por elles , ou seus auos terem sido judeos , como refere *Mariana lib. 6. cap. 18. Cordoua lib. 1. q. 54. Vasquez in defensione statutii Toletani cap. 17. Parisius consilio 2. num. 212. vol. 4. & Caietano tom. 1. tract. 31. respons. 6.* A segunda he dizerem, que tirando se esta distincção, com facilidade se acabará o nome de christãos novos, & se esqueceram elles pelo discurso do tempo do sangue, de que procedem, & he causa de se quererem conservar no que seus antepassados foraõ. A terceira he dizerem, que tem per sy a experiencia, que se acha nas outras nações, porque como as outras nações não fizeraõ distincção dos judeos que nos seus Reynos se conuverteraõ todos os de nouo conuertidos, se confundiraõ com os outros Christãos, de maneira que não ha vestigio, nem das pessoas da nação, nem da Religiaõ, que seus antepassados tiueraõ. A quarta he dizerem, que esta diuisão tras odio, & emulação, & vem a parar por remate em os homẽs da nação se vnirẽ mais entre sy cõtra os Christãos velhos, & ficarẽ mais dispostos para seguirem distincta doutrina, & se

inicio-

inficiona com aquelles, que podem estar er-
rados.

Este meyo, ainda que antigamente podia ficar a proposito, já agora no estado presente, se não pôde admittir sem graues inconuenientes. 1. Porque na verdade consta, que muitos homêes da nação são judeos encubertos, & como destes ha grã de numero em todo o Reyno, o mesmo he admittilos sem distincção aos officios publicos, que dar os officios a muitos judeos, que como homêes faltos na Fè, não podem ter lugar eminente na Republica christãa, & como homêes faltos de bõs costumes, catholicos, não podem guardar a justiça sinceridade, & fidelidade, que conuem ao bem publico, por onde o Decreto canonico expressamente prohibio admittir judeos a officios publicos, *Vt videre est cap. Constituit 17. quest. 4. & Sanches in summa Decalogi lib. 2. cap. 32. com Azor tom. 1. lib. 8. cap. 22.* & outros Doctores antigos, & modernos dizem, que he peccado mortal admittilos sendo manifestos; & o mesmo será admittilos, não sendo conhecidos com claro perigo de o serem, como se tira da doctrina dos mesmos authores. 2. Porque sendo esta presumpção tam vniuersal, & tam aueriguada, que ate os proprios homêes da nação, mais qualificados confessão, que na gente da nação ha muitos na verdade judeos, não se pode passar pelo grauissimo escrupulo, que pôde hauer

em meter no serviço da Igreja, & administração dos Sacramentos sem distincção, estes homẽs, à ventura de entrarem muitos, que podẽ ser judeos & prejudiciaes ao bẽ publico espirital, cometẽdo continuas afrontas, sacrilegios, & desordẽs cõtra as cousas sagradas, contra as cautellas, & prouidencias, que os summos Põtifices, Cõcìlios, & toda a Igreja Catholica mãda ter na eleicção dos ministros ecclesiasticos, & se deũ dobrar nas circunstancias, em q̃ pode hauer maior perigo, como se tira de varios capitulos sub titulo de electione, & de infinidade de resoluções, & sentenças, que *Graciano recolheo em trinta distincções, na primeira parte do seu Decreto, começando na distincção 25. & ultimamente de muitos capitulos do Concilio Tridentino, sessãõ 23. 3.* Porque ainda agora hauendo distincção, & não se admitindo christãos novos sem muita consideração, & exame, acontece cada dia acharemse nos officios publicos, & nos beneficios Ecclesiasticos homens, em realidade judeos, com todos os inconuenientes, que se seguem de elles o serem, & estarem em semelhantes lugares afrontando nossa sagrada Religião, & prejudicando às almas, que delles pendem na doutrina, & administração dos Sacramentos, & supposto isto, manifestamente se conclue, que admittrandose os homens christãos novos, sem distincção, & sem exame de sua fe, hauerà muito mais

mais nestes officios, & beneficios, sem nenhum genero de reparo.

Nem ha fundamento para reparar nös Textos, & Doctores, que se allegaõ, & podem allegar pela parte contraria, inda que sejam reforçados com dous breues particulares do Papa Nicolao Quinto, que refere ad longum *Mariana libro 22. capite 8.* porque todos estes Textos, & Doctores fallão somente dos Christaõs, que foraõ judeos, ou procedem de judeos, & viuem com tanta re-
 formaçam, & certeza, como viueraõ, se foraõ Christaõs velhos, porque excluir estes, só por terem sido judeos, ou por procederem de judeos sem mais outra causa, he manifesta injustiça, & desordem contra a vnião da Igreja, conforme aquellas celebres palauras de Alexandre Terceiro, *capite Eam te de rescriptis, pro eo, quod iudeus extiterit ipsum dedignari non debes.* E nenhum dos ditos Textos, & Doctores falla dos Christaõs, que foraõ judeos, ou procedem de judeos com grave presumpção de ainda o serem, & debaixo do nome de Christaõs reterem sua crença antiga, porque nestes toda a Theologia, & Direito manda guardar resguardo como confessaõ. Na narro in manuali capite 27. num. 205. & Sairus tomo 5. disputatione 43. Ainda q̃ estes authores fallão daquelles, que per indicios particulares, são indivíduo sospeitosos, todos os seus fundamētos se

se podê applicar a hũa nação, & congregação, na qual se achão, não hũ, mas muitos defeituosos, & na verdade infieis, pois desta circũstancia se segue incerteza, & da incerteza perigo, q̃ sêpre se ha de evitar cõ maior força, & maior cautela, quando a materia he mais graue, como se proua manifestamente do capitulo *Vbi periculum de electione, lib. 6. & mui doctamente mostra glosa perulti, cap. Consult. 28. de sponsalibus, glosa excellentiores, cap. Per tuas de simonia, & glosa. fin. cap. Cum infirmitas de pœnitentijs, & remiss.*

O terceiro remedio he, conuidar sua Magesta de aos christãos novos com privilegios, para que se casê, & se vnão por matrimonio com os Christãos velhos, & ainda mandar expressamente, que nenhũ christão nouo caze com christãa noua, para que todos em consequencia se quizerem casar fique obrigados a se misturar com os Christãos antigos: os que tê esta opinião fundão se em duas cousas: a primeira he, dizerem, que muitos Concilios ordenaraõ, que os Christãos de nouo convertidos se misturassem per matrimonio com os Christãos antigos para maior vnião, & confirmação, *Vt videre est in Concilio Basiliensi sess. 29. Tolitano 17. cap. 8. & Mediolanensi 5. part. 1. cap. 10.* & parece que semelhantes determinações se deuem de praticar neste caso, por ficarem muy a proposito para o fim, que nestas deliberações se pretende.

A se.

A segunda he dizerê, que desta maneira em poucos annos se irão extinguindo o nome, & a differença de christãos novos, & se virâ a perder a memoria desta distincão, q̃ fomenta o odio, cõ q̃ os christãos novos, & Christãos velhos, se encôtraõ, & faz, q̃ os christãos novos tenham particular inclinação à crença daquelles, de quem descendem.

Este meyo não tem conueniencia, pelo menos no estado, em que estamos. 1. Porque na vnidade do matrimonio, se conserua a differença da Religião, como a experiencia tem mostrado, não somente nas nações estrangeiras, onde se achão maridos hereges, & mulheres catholicas, mas tambẽ nos mesmos christãos novos, que sem embargo de estarê casados com mulheres christãs velhas & viceversa são na verdade judeos, parando tudo em lhe terem menos affeição, pois he certo o principio de direito, *cap. In nona, §. Vnde oportet 16. que diz, Coharere, & coniungi non possunt, quibus studia, & vota sunt diuersa*. 2. Porque como está dito, os mais qualificados homẽs da nação Hebræa, confessão, que entre os christãos novos ha muitos homẽs judeos, que não são mais christãos, que no nome. E se isto assi he, não se deue de facilitar nesta forma os matrimonios dos christãos novos com os Christãos velhos, para que venhão todos os christãos novos a tomar mulheres christãs velhas, em manifesta consequencia de yrem judeos a casar

far com Christãos, & infieis com infieis cōtra to-
do o direito humano, ecclesiastico, & diuino. *lux.*
leg. Nequis christianus, Cod. de judaïs antiquiora Concil.
& patrum testimonia, quæ colligit Gratianus 28, quæst.
1. præsertim, cap. Canē, & cap. Oportet, & D. Pauli doctri-
nam, 1. ad Corinthios 7. & 2. ad Corinthios. 6. nolite in-
gum ducere cum infidelibus. 2. Porque a ex triência
tem mostrado, que os filhos nascidos de semelhã
res ma trimonjos inclinão à parte dos pays chri-
stãos novos, & seguem sua crença, se elles andão
errados, & se isto assi he, o mesmo será obrigarem
os que governão aos christãos novos a não casarẽ
sen ão com pessoas christãas velhas, que darẽ cla-
ra, & patente occasiã a se inficionarẽ as familias
dos Christãos velhos, & se multiplicar neste Rey-
no o judaismo! fora do sangue Hebreo: & para
que não cuide alguem, que esta razão tem solu-
çãõ, a sagrada Escriitura, & Deos por sua propria
boca, a corroborou, *Exod. 34. num. 16. & 3. Regum*
ii. num. 2. porque mandando aos filhos de Israel,
que não cazassem com infieis, deu por razão, q̃ cõ
estes casamentos se abria a porta para os infieis
preuertem os fieis, & os filhos seguirẽ a peor par-
te, *Seducet filiũ tuum ne sequatur me, & ut magis seruiat*
dijs alienis. 4. Porque estes casamentos assi facilita-
dos, abrirão a porta a se menoscabar a nobreza
antiga deste Reyno, incorporandose os christãos
nouveos nas principaes familias delle per via de in-
teresse

teresse, & se isto se estranhou ategora, tambem a-
 diante deue ser senão prohibido ao menos diffi-
 cultado, pois não ha mais conueniente regra, que
 a que poem Iustinião Emperador *collat. 2. tit. 30.
 cap. 2. nestas palavras: Illud quoq; dicendum est, vt quod
 hactenus indecenter fiebat nequaquam in repub. geratur.*

O quarto meyo he dar sua Magestade libera-
 de de consciencia às pessoas da nação na forma, q̃
 se costuma em Roma, Ferrara, Pisa, & outras ci-
 dades de Italia com distincão de chapeo, que tra-
 gão, & distincão de bairro, em que morem, os que
 aprouão este meyo fundãose em duas cousas. A
 primeira he dizerem, que sempre he licito, hauẽ
 do justa causa, permitir nas Respublicas, & Ci-
 dades christãas, Iudeos, que viuão em sua crença,
 & ceremonias, por não terem cousa algũa contra
 direito natural, & ni sto terem muy grande diffe-
 rença dos Ritos gentilicos, como mostra sancto
 Thomas, 2. 2. q. 10. art. 11. Aragão 2. 2. q. 10. art. 8, Ba-
 ñs 2. 2. q. 10. art. 10. dub. 2. Azor lib. 8. *institutionum mo-
 raliu. cap. 24. Valentia tom 3. disp. 1. q. 10. punct. 7. Sua-
 rias tract. de fide disp. 18. sect. 4. n. 9. & se proua clara-
 mente ex determinatione summorum Pontificum, cap.
 Iudei, & cap. Consului de iudeis, & Clementina cedit, &
 Cum antem de iudeis, & sarracenis.* A segunda he,
 dizerem, que desta maneira se apartaram os máos
 christãos dos bõs, deixandoos sem perigo de se
 peruerterem com sua conuersação, & ficando so-

ra da occasião, que tem, viuento entre nós, para cometerem continuos sacrilegios, & desordens no vzo dos Sacramentos, & cousas sagradas, em quanto andão em foro de Christãos fingidos.

Este meyo não pôde ter effeito. 1. Porq̃ se não pode praticar sem muy grande encargo de consciência, pois em effeito os christãos novos são christãos baptizados, & ainda que he licito, & permitido nas Respublicas christãas viuerem judeos, q̃ sempre foraõ judeos em sua crêça, & ceremonias com distincção de trajo, & de morada, nunca pôde ser, nem licito, nem permittido nas Respublicas christãas viuerem judeos depois de baptizados, & feitos christãos em judaismo publico, como apostatas de nossa sancta Fè, como defende todos os Theologos, que acima ficão citados, & todos os Canonistas, que comentão os Textos referidos, *vt videre est apud Peñam 2. part. Directorij comment. 71.* 2. Porque ainda q̃ he verdade, que algũs christãos novos fogem de Portugal, & se vão publicar em outras partes por judeos descubertos per final, não ha de hauer nenhũ, q̃ dentro deste Reyno se queira manifestar por judeo, & levar a infamia, que se lhe ha de seguir; & como todos os errados depois de dada esta liberdade, haõ de ficar em suas casas, como christãos fingidos, não fica fundamento nenhum para se tratar deste meyo.

P A R T E II.

Chegando á segunda parte, algũas pessoas graues leuados da consideração, & zelo de justiça, dizem, q̃ já os Reys deste Reyno tẽ vzado com os homẽs da nação tudo o que pertẽce à brandura, & clemẽcia, sêm nenhũ effeito, por que alem de se terẽ dado muitos perdoẽs gerais, & particulares, forão dissimulãdo de maneira cõ os inconuenientes, q̃ chegaraõ os christãos novos a se apoderarem da contrataçãõ, & commercio, & a se incorporarẽ nas Igrejas do Reyno, sendo muitos delles judeos conuencidos com muy grande afronta dos lugares, que ocupauão, & com muy grande danno espirital, & tẽporal dos Catholicos por onde assentão, q̃ sua Magestade deue de pôr a parte todos os meynos de brãdura, & clemẽcia, & mãdar pôr em execuçãõ meynos vniuersaes de seueridade, & rigor, & para authorizarem este seu parece, recorre à sagrada Scriptura, & dizem com muitos exẽplos, que este foy o estyllo, que Deos guardou com seus pays, pois não acabando de encaminhar o pouo de Israel por beneficios, & ventagẽs, q̃ de contino lhe fazia, se resolveo em os apertar com castigos vniuersaes de fomes, pestes, guerras, & oppressões, ate os fazer todos catiuos por varias vezes em Siria, & Babylonia, & passãdo adiante cõ este discurso apontãõs meynos.

O primeiro meyo he expulsaõ vniuersal de todos os christaõs novos de qualquer qualidade q se jão, porq achandose ainda em pessoas, que não tem mais, q hũa pequena parte do sãgue Hebreo, fica resultando cõtra toda a nação hũa presumpção vniuersal, que basta para justificar tudo o q nesta materia se fizer da mesma maneira q se justifica a guerra, q se faz contra hũa Cidade, & Republica culpada, ainda q seja à ventura de padecerem algũs innocentes. Os que tem esta opinião pretendẽ mostrar a necessidade deste meyo, com prouar, que não ha nenhum outro remedio para acudir a esta gẽte, & purificar o Reyno, senão acabar de hũa vez, & cortar a raiz por inteiro, para q não torne a reuerdecer o trõco, & para se euitare os inconuenientes espirituales, & temporaes, q desta expulsaõ vniuersal se podem seguir, apontão algũas particularidades, que se deuem guardar.

Este meyo já não tem lugar no estado, em q se acha o Reyno de Portugal. 1. Porque os christaõs novos estão já incorporados, & misturados cõ os Christaõs velhos, de maneira que não ha familia nenhũa de consideração, em q não haja muitos homẽs, & muitas mulheres participantes do sangue Hebreo; & he impossivel fazerse esta expulsaõ vniuersal, sem defraudar o Reyno de mui grã copia de gente, estando nõs tam faltos della, q muitos homẽs de prudencia, & gouerno, julgaõ, que

que he necessario tomar a soldo estrangeiros para reforçarmos as praças, & prosseguir as conquistas: & elRey Dom Sebastião, estando ainda o Reyno mais pouoado, & florecente, reconheceo esta falta, & se deu por obrigado a tomar soldadesca estrangeira para passar a Africa. 2. Porque estando os christãos novos incorporados em todas as familias deste Reyno, & alguns postos em lugares de muita importancia, com casas, & morgados aleuantados, muitos Clerigos, Beneficiados, & Religiosos, & seculares, liados na correspondencia da fazenda com toda a gente de trato, não he possiuel fazerse esta expulsaõ vniuersal sem muy extraordinaria violencia; & todos os homens prudentes, que cuidão nas particularidades a q̃ se ha de chegar, tanto que esta expulsaõ se puzer em practica, desanimão, & resoluem ser a traça totalmête chimerica em principios politicos, & moraes. 3. Porq̃ esta gēte he proveitosa ao Reyno, & faz seruiços muy notaucis nos apertos, & defraudar agora o Reyno de sua vtilidade, está do tam desbaratado como esta, he dar com elle no fundo. 4. Porque esta gente não pôde ser priuada de sua fazenda, pois os christãos novos não estão ainda conuencidos de judaismo, & apostasia em particular, & o mais que se pode fazer nesta expulsaõ com apparencia de justiça, he obrigar sua Magestade aos christãos novos a vé-

derem suas fazendas de raiz, & não leuarem con-
figo, nem dinheiro, nem ouro, nem prata, como
se discursa em hum destes papeis, de que se tra-
ta, & isto tem cem mil inconuenientes, que se
não podem euitar por mais diligencia, que se ap-
plique, porque os christãos novos forçosamente
hão de levar escôdido muito dinheiro, muito ou-
ro, & muita prata, peitâdo os ministros inferiores,
que correrem com a execuçaõ, & os marinheiros
que são venaes, como cada dia experimentamos,
& leuão infinidade de dinheiro para fora, tendo
grauíssimas pennas. E ainda que empreguem
tudo em mercadorias, não se pôde negar, que o
emprego de tanta fazenda, como he a q̃ podê le-
uar pôde fazer hũa Republica muy opulenta, &
fazer os inimigos muy poderosos, não somente
com a fazenda, que leuão, mas tambem com os
tributos, que hão de pagar nas entradas. 5. Porq̃
obligando toda esta gente a vender sua fazenda,
& peſſas em certo tempo, como ha de ser necessa-
rio, abreſe a porta a manifestas injustiças, por-
que os compradores hão de estar certos da ven-
da, & hão de querer ser rogados: & assi hão de ser
forçados os pobres homẽs a darẽ por dez, o q̃val
cento por se auiaem, & não deixarem em mãõs
de feytores os bens, q̃ possuem sem esperança de
tornarẽ para lhe pedirem conta, & a vniuersal pre-
sumpção, que se tem cõtra toda a gente da nação
não

não está qualificada de maneira q̃ justifique todo este rigor em cada hũ dos homẽs christãõs novos conforme aos principios, que poem *Parisius cons. 2. num. 212. volumine 4. Caietanus tomo 1. tract. 32. resp. 6. Nauarrus in manuali cap. 27. num. 205. Suarez tomo 3. disputatione 43. sect. 3. num. 8.* Pois conforme ao que elles dizem, he necessario, alem da sospeita geral hauer indicios, & cousas particulares, que fação a cada hum sospeitoso para ser excluido, & muito mais para ser danificado. 6. Porque ainda que ha muitos Doctores, que dizẽ, q̃ he licito proceder, & danificar toda hũa cidade, & Cõmunidade, cõ perigo de perecerẽ, & padecerẽ muitos innocentes, se doutra maneira se não pode chegar ao fim justo, & licito, que se pretende, não ha Doctõr nenhum, que não ajunte ser isto illicito, & condenado, quando com tardança, ou algũa outra diligencia, se pôde vir a saber quaes são os innocentes para serem resguardados como aponta *Victoria in relectione de iure belli, num. 38. & Valentia tomo 3. disputatione 3. quaestione 16. puncto 3. & suppoem manifestamẽte o Papa Alexandre Terceiro, cap. Innouamus de treuga, & pace*, quando diz que ainda no furor bellico, com que se entra hũa cidade por justa guerra, se hão de resaluar todos aquelles, em q̃ ha presumpção de não serem partes na guerra, como são Religiosos, Clerigos peregrinos, mercadores, & rusticos, q̃ não serũe de mais q̃

de laurar os campos, & não foraõ partes da offensa, por onde sendo muito possiuel aueriguar per indicios, & prouas bastãtemête juridicas, q̃ algũas pessoas da nação são, ou podẽ ser verdadeiros christãos, pois ate o directorio da Inquisição admite proua nesta materia, tratãdo da purgação canonica, & os Doctores cõmumente a recebem, *vt videre est apud Simanchas in instit. catholicis, titulo 56. Rub. de purgatione canonica, Menochium de presumptionibus libro 1. questione 100. num. 11. & Penam in additionibus ad directorium Inquisitorum parte 2. comment. 14. ad cap. Inter sollicitudines de purgatione canonica.* Não vejo como se possa justificar esta expulsão vniuersal de toda a gente da nação confusamente sem mais diligencia algũa.

Nem ha fundamento para se allegar em exemplo neste caso, a expulsão vniuersal dos Mouriscos, que se fez no Reyno de Valença, & Andaluzia, & outras partes de Hespanha, por conselho do Patriarcha Dom Ioão de Ribeira varão santissimo, & de outras pessoas eminentes, com approvação do summo Pontifice. 1. Porque se este negocio da expulsão houuer de correr por consideração temporal, como correo a expulsão dos Mouriscos, não se pode comparar hum caso com outro para se trazer em semelhança, ou consequencia, porque os Mouriscos erãõ hũa nação vnida apoderada de terras, & lugares, quasi

quasi inteiros, & tinhaõ correspondencia fora do Reyno com gête de sua feita, poderosa em armas, exercitos, & armadas, & a gente da nação deste Reyno de Portugal, he gente defunida, & com ram pouco poder, & numero, que em todas as terras, em que està, são muito menos os christaõs novos, que os Christaõs velhos sem comparação nenhũa, & o que mais he, não tem fora, nem Reyno, nem Cidade, nem Republica formada de gente de sua crença, com que se possa liar por rebelião. 2. Porque decendo desta consideração temporal, & ficando sò na espiritual os Mouriscos fallauão publicamente na profissão de nossa sancta Fè, & sò por pura força recorrião à Igreja, dando por outra via continuos, & extraordinarios escandalos, & os christaõs novos deste Reyno em todo o exterior representão muita piedade, & christandade, augmentando o culto diuino, frequentando os Sacramentos, & fazendo largas esmolas, & pelo mesmo caso, que debaixo desta boa apparencia pôde hauer algũs, que na realidade sejaõ verdadeiros Christaõs, & verdadeiros Catholicos não quer a Igreja, que se proceda contra o corpo sem distincão, porque tem tanto zelo de emparar os innocentes, que só por não prejudicar a alguns poucos innocentes manda, que não se excomungue nenhũa Cõmunidade, & Collegio, ainda que tal Communidade, & Collegio tenha

presumpção de em toda estar culpada, como mostra S. Thomas in additionibus ad 3. partem. q. 22. art. 5. Alexandre de Ales 4. part. sum. q. 22. memb. 1. art. 1. 5. Boauentura in 4. dist. 18. art. 5. q. 3. Nanarrus in manuali c. 27. n. 13. & Couar. lib. 2. variarum resolutionum c. 8. num. 9. E para que não cuidasse alguê, que esta razão era menos solida, do q̃ conuinha em tanta variedade de doutrinas, & discursos, q̃ refere Zairo lib. 1. Thesauri. cap. 8. à num. 15. & seqq. o Papa Innocencio Quarto a canonizou por firmíssima in cap. Sancta Romana, de sententia excommunicationis lib. 6. com estas palauras: In vniuersitatem, vel collegiũ pro ferri excommunicationis sententiam penitus prohibemus volentes animarum periculum vitare, quod exinde sequi posset cum nõnunquam contingeret innoxios huiusmodi sententia irretiri. 3. Porque rematando toda materia, como conuem, Deos não quer, que aonde se trata de bem espirital precisamente, se venha a proceder confusamête, com perigo do mal, & castigo chegar a innocentes: & para prouar esta verdade trazê os sagrados Doctores aquelle passo do Genesis cap. 18. n. 24. Nunquid perdes iustum cum impio; & aquellas palauras do Pay de familias, referidas por Christo nosso Senhor, Matth. 13. n. 29. Ne forte colligentes zizania, eradicetis simul, & triticum finite vtra que crescere vsq; ad messem. Por onde o Doctor Frey Martinho de Ledesma Cathredatico de Prima, jubilado na Vniuersidade de Coimbra, & de tãta virtude

virtude como este Reino reconhece, 2.4.9.24 art. 3
 assentou, q̃ era de iure diuino prohibido castigar
 hũ Principe, & hũ Prelado hũa cõmunidade com
 perigo de o castigo abranger a innocentes; & que
 era em consequẽcia de iure diuino prohibido ex
 cõmungar hũa Cõmunidade, & hũ Collegio on
 de se podia achar hũ homẽ inculpado; & ainda q̃
Zairo lib. 1. Thesauri cap. 8. n. 16. impugne esta opi
 nião tomada sem distincão, não faltão outros mo
 dernos, que a sigaõ, & julguem por prouauel.

O segundo meyo he hũa expulsaõ não vniver
 sal de todos os christaõs novos, em qualquer
 grão que forem, mas particular, & limitada de to
 dos os christaõs novos inteiros, porque fazêdofe
 computaçã pelos roys, q̃ se fizeraõ no lançamẽ
 to do seruiço feito a sua Magestade no tempo do
 vltimo perdão as familias de homẽs puramente
 christaõs novos, não passaõ de seis mil no Reyno
 de Portugal. Os que tem esta opiniã fundaõse
 em tres razõs. A primeira he dizerem, que fazê
 dose a expulsaõ sò dos christaõs novos inteiros,
 fica a execuçaõ sem a violencia, que se representa
 no primeiro meyo. A segunda he dizerem, que a
 raiz deste mal està nestes christaõs novos puros,
 & que postos estes fora, fica o mal mais facil de cu
 rar naquelles, q̃ tem algũa parte de Christaõs ve
 lhos. A terceira he dizerem, q̃ he lanço forçado
 aliuviar o Reyno desta gẽte, para q̃ seja menos, & q̃

não ha outrô nenhũ remedio para esta aliuição, senão deitar os christãos novos, que não tem parte nenhũa de Christãos velhos.

Este meyo não pôde ser admittido, porque ainda ficão em pê todos os inconuenientes, que se achão na expulsão vniuersal de todos os christãos novos de qualquer qualidade q̃ sejão, como se pôde ver, tornãdo a ver cada hũ delles em particular, & applicando todo o discurso precedente, porque *Osorio libro 2. de rebus gestis Emmanuelis*, diz, que Deos fauoreceo a el Rey Dom Manoel em lhe dar bom successo na conuersão dos judeos, porque ainda que muitos se converterão por medo de serem deitados do Reyno, depois vendo a pureza, & certeza de nossa Religião foraõ verdadeiros Christãos, & os filhos com ventagem: *Fruetus namque ex hac regis aelione quotidie videmus, eorum namque filij, qui fidem ne farie simulabant vsu consuetudine, & disciplina, patrūq; sceleris obliuione Christi religionem sancte colant.* E se isto passou antigamente com a memoria fresca da violencia, tambem agora se deue de presumir, q̃ hauera verdadeiros Christãos na gente da nação, *Quia manus Dñi non est abbreviata*, & hauēdoos, não tem reposta o q̃ acima se discursou nest a materia.

O terceiro remedio he, mandar sua Magestade por toda a gēte da nação Hebreia em colonias nossas fora deste Reyno có presidios, & Inquisições aleuan-

aleuâtadas, & sôstentadas à cõta dos christãos nos. Os q̃ tẽ este parecer allegão por elle duas razões. A primeira he dizerem, q̃ desta maneira se euitão todos os inconueniêtes, & razões, q̃ no discurso acima se apõtarão. A segũa he, dizerem, q̃ por esta via fica o Reino das portas a dêtro purificado, & sê perigo de se pegar o judaismo nos Christãos velhos, & se inficionarem mais as familias.

Este meyo he o menos conueniête, que em todos estes papeis se acha. 1. Porque não euita os inconuenientes, que se tem apontado, pois em realidade incluye desterro, & deportação vniuersal, que sempre foy julgada por grauissimo castigo o abaixo da morte natural em todas as Republicas bem ordenadas, como proua Farinacio com muitos Doctores, *tomo 1. quest. 19. num. 16.* E supposto isto, parece, que nunca se pôde pôr sobre toda hũa nação sem differença de pessoas, & sem diligencia necessaria para se preservarem os innocentes. 2. Porque esta gente deue de leuar sua fazenda, dinheiro, ouro, prata, & peſſas, pois vay com titulo de Christão com presidios, & tribunaes necessarios para se conſeruar em christandade. E o mais que nesta occasião se pôde fazer com aparécia de justiça, he mãdar aos christãos novos, q̃ vendão as fazendas de raiz, q̃ tiuerẽ dentro do Reyno, de q̃ saem, leuãdo o preço; & se os christãos novos, q̃ desta maneira se

ſahirem,

21
sahirem, leuarẽ toda a sua fazenda, dinheiro, ou
ro, prata, & peggas, claramente se vé, q̃ ficará o Rei
no defraudado de muy grande parte de sua ri-
queza, & enervado no tempo das maiores neces-
sidades, que nunca teue para continuar com as
empresas, & gastos, pois alem do toda esta fazẽda
de que fica priuado, fica perdendo os tributos das
mercadorias, & trato, faltando os mercadores, &
nãõ hauendo outros homẽs de negocio cõ po-
der, & cabedal bastãte para sostentarẽ o comercio
do Reyno no augmẽto, em q̃ estã posto. Principal-
mẽte sendo lãço forçado acodirẽ às mercadorias,
& fazẽdas de correspondẽcia aos lugares, em q̃ os
ditos christãos novos estiuẽrẽ. 3. Porque os chris-
tãos novos nestas colonias haõ de fazer o maior
corpo, & haõ de ser os senhores da terra; & se o fo-
rem, nunca os tribunaes da Inquisiçaõ haõ de
poder preualecer nas execuções, nem os presidios
sopelar o pouo, de maneira q̃ haja perfeita segurã-
ça, principalmente sendo os soldados ordinarios
de presidios homẽs necessitados, & em consequẽ-
cia venaẽs para tudo aquillo, q̃ elles quizerem.
4. Porque estando os christãos novos nesta for-
ma, em se vẽdo apertados estã certa a rebeliãõ, &
confederaçaõ com as nações estrangeiras inimi-
gas de Hespanha, & primeiro q̃ se acuda do Rey-
no aos presidios, os teram consumido à fome. E
seraõ tantos os cuidados, que recreceram, estando
toda

toda esta gente, multiplicando pelo tempo a diã-
te, em Villas, & Cidades suas, que chegaraõ a fi-
car em notauel pezo desta Coroa.

O quarto meyo he, abater todos os christaõs
nouos, mandando sua Magestade por hũa via, q̃
nenhũ christaõ nouo possa nẽ estudar latim, nem
professar sciencia algũa, nẽ ser mestre, nẽ aduoga-
do, nem medico, nẽ lurgião, nem mercador, nem
contratador, nẽ rendeiro, nem corretor, nẽ piloto;
nem mestre, nẽ official publico de qualquer qua-
lidade q̃ seja, nẽ criado de pessoa constituida em
titulo, ou dignidade, & q̃ todos fiquẽ sem nenhũ
genero de foro. E mandando sua Sanctidade pór
outra, q̃ nenhũ christaõ nouo possa ser nẽ Religio-
so, nem Clerigo, nẽ Beneficiado: & que todos q̃
jà o são, fiquem no grão em q̃ estão, sem mais se-
rem promovidos, & q̃ logo lhe sejaõ tiradas as
prelazias, beneficios, & pensões, q̃ tiuerẽ, deixãdo
lhe somẽte hũa congrua sustentação, com q̃ pos-
são viuer limitadamente: os q̃ tẽ esta opiniao fun-
dãose em duas razões. A primeira he dizerem, q̃
procedendose nesta forma cõ os christaõs nouos.
elles terãõ por melhor partido sahirẽse deste Rey-
no, & ficarmos nós remediados sem os escrupu-
los, & inconuenientes, q̃ pôde hauer na expulsão
violenta, de que acima se tratou. A segunda he di-
zerem, que este Reyno padece grauissima oppres-
são, & afronta em os christaõs nouos terem occu-
pado

pado o melhor delle nos lugares, prebendas, officios, & beneficios, & vtilidades temporaes, & que humilhandoos, ficaraõ em melhor disposiçaõ do que agora tem para se fogueitarem á verdade de nossa sagrada Religião.

Este meyo não se deue de admittir. 1. Porq̃ não acode directamente ao maior mal, q̃ he o judaismo, & apostasia, pois he certo, q̃ nunca os christãos novos judaizaraõ mais, q̃ quando estiueraõ em menor fortuna abatidos, por não temerẽ tão a infamia de serem tidos por judeos, como outros que se vem em maior authoridade, & reputação. 2. Porq̃ se se vzar deste meyo dasse muy grande fundamento aos christãos novos para cuidarẽ q̃ se deitou mão delle, mais por satisfazer á inueja, que podemos ter de sua prosperidade, & bonança que por satisfazer ao zelo, q̃ podemos ter de suas culpas, & desordẽs, & endurecersehaõ mais na se paração, & crença errada, em q̃ viuerẽ. 3. Porque não pôde hauer nenhũ genero de justiça em sua Magestade, mandar, q̃ os christãos novos só pela presumpção vniuersal, q̃ ha de serem judeos sem proua particular, fiquem impossibilitados para aprenderem latim, & sciências, & incapazes de professarem exercicios honestos, & proueitosos, pois nunca houue nẽ Principe, nem Republica, q̃ tal pena puzesse ate o dia de hoje, não somente áquelles, q̃ são sospeitosos, mas nẽ ainda àquelles q̃ são conuen

conuencidos dos mais enormes, & infames peccados q se podẽ achar; & sô Iuliano apostata sahio com esta inuençaõ contra os Christaõs no tẽpo da primitiua Igreja, & ate os infieis lha estranha raõ, como refere *Baronio anno 362. n. 58.* 3. Porque ainda que houuera algũa conueniẽcia para se dar esta ordẽ geral, nunca pòde hauer bastante fundamento nesta presumpçaõ para os homẽs serem priuados dos officios, & beneficios, q já tem, sem se lhe prouar a cada hũ delicto particular, pois todo o direito natural, diuino, & humano resiste a se dar pena em particular sem culpa prouada & qualificada naquelle q ha de padecer, como proua *Farinacio cõ infinidade de Textos, & Doctores tom. 1. q. 924. n. 1.* E nesta materia particular dos christaõs nouos he muito para ponderar a doutrina de *Caietano tom. 1. opusculo 31. respons. 6. Parisio cons. 2. n. 2. 12. vol. 4. Nauarro manuali cap. 27. n. 205. & Soares tom. 5. disp. 43. sect. 3. n. 8.* Porq̃ tratando do pejo, q se toma na gente da nação para ser promouida a officios, & beneficios, conelue com estas palauras: *Oportet, vt suspicio sit rationalis, & indiuiduo de tali persona, ideoq; hoc suspicionis genus, quod alicubi generale est in opinione vulgi nõ sufficit ad reddendas irregulares particulares personas.* E supposto este principio manifestamente ficão condenando de injustiça o acto, com q elles saõ priuados, não do que podião pretender, mas do q já tem, & possuem. 4. Porque da gente

gente da nação deste Reino sahiraõ homẽs muy qualificados, & muy eminentes em letras, q̃ ajuda raõ ao bẽ publico, & hauẽdo os christaõs novos de ficar no Reino serã couza cõtra a equidade natural defraudar absolutamente a Republica da vtilidade, q̃ lhe pòde vir por esta via, ficando com o encargo de os sostentar como naturaes com os mantimentos da terra, & para satisfazer à sospei ta vniuersal, basta o q̃ se tem ordenado, & se obser ua em estyllo cõmum em q̃ sempre os Christaõs velhos sãõ proferidos, & nos christaõs nouos se faz exame, & aduertencia particular.

O quinto meyo he pedir sua Magestade ao sum mo Pontifice, q̃ institua inhabilidade para os christaõs novos casarẽ com christãas velhas, & para os Christaõs velhos casarẽ com as christãas novas de maneira que haja impedimento dirimente, & o matrimonio fique nullo. Os q̃ tem este parecer fundãose em duas razõs. A primeira he dizerẽ, q̃ desta maneira se remediarã o augmẽto, com q̃ o judaismo vay entrando pelas familias dos Christaõs velhos, & preuertẽdo insensuelmẽte a parte sam do Reyno, como mostra a experiẽcia, pois vemos, q̃ nos autos passados sahirãõ cõdenados por judeos homẽs quasi todos Christaõs velhos com hũa oitaua parte de sangue da nação, & ainda menos. A segunda he dizerẽ, que desta maneira se ficará tendo por mais vil, & infame a gente da
nação

nação neste Reyno para os Christãos velhos se resguardarem melhor de sua conuersação, & costumes, pois em realidade são judeos ocultos, & infieis em muito grande parte, & deuem ser evitados, como a Igreja determina.

Este meyo, ainda que de algũa maneira acuda à limpeza do sangue dos Christãos velhos, não he cousa, que se deua de praticar. 1. Porque acrescenta a distincção de christãos novos, & Christãos velhos, que não serue de mais, que de indurecer a gente da nação contra a gente antiga natural do Reyno, cauandolhe maior odio de nossa sagrada Religião, & maior tenacidade em sua desencaminhada crença, & ainda que por outra via se não deixe de reparar nas cousas, que fomentão esta distincção, como fica mostrado, pois nũqua se ha de facilitar esta mistura, todavia o ter mão nella, por meyos, q̃ cauaõ infamia, & acrescentão, não parece, né prudencia, nem bom gouerno, em quãto se procura a reducção destes homẽs, & seu melhoramento, hauendo de ficar entre nòs. 2. Porq̃ este meyo não serue para atalhar o judaismo nos christãos novos, que he o principal intento nestas de liberações, & como deixa os christãos novos no mesmo estado, & disposição, em que agora estão, não ha fundamento bastãte para se procurar hũa nouidade tam grande, como he introduzir de nouo hũ impedimento dirimente no matrimonio principal;

principalmente não hauendo de ter lugar mais q̃
no Reyno de Portugal contra toda a ordem, que
a Igreja Catholica costuma leuar em semelhantes
materias, como se pòde ver em *Sanches lib. 2. de ma-
trimonio, disp. 4. lib. 7. disput. 1.* dizendo que nũqua
os summos Pontifices vzaraõ do poder, q̃ tem pa-
ra porem impedimentos dirimentes no matrimo-
nio, senão com razão vniuersal, que tenha lugar
em toda a Igreja para se euitarem embaracos.

P A R T E III.

PAssando à terceira parte os meynos, que pare-
cem accõmodados por agora são aquelles,
que tẽ parte de brandura, & parte de seueri-
dade, & q̃ directamente tiraõ, não a opprimir as
pessoas, mas a diminuir o mal, sem incõmodidade
algũa do Reyno, & estado publico, & estes redu-
zidos á proposita desta deliberação, q̃ sua Mage-
stade com seu grande zelo, & prudencia manda
ordenar, são seis.

O primeiro meyo aprovado he abrir a porta
a esta gente da nação, & tirar sua Magestade a pro-
hibição, q̃ ha para os christãos novos se irẽ fora
deste Reyno, & isto cõ tal limitação, q̃ indo para
fora de Hespanha, não possam leuar, nem dinhei-
ro, nem ouro, né prata algũa; & q̃ só possam leuar
sua fazenda empregada em mercadorias, & di-
nheiro por letra. Este remedio he muy cõueniente
para

para aliuia o Reyno. 1. Porq̃ mais suaue meyo he o permittir, que obrigar, & forçar; & se a gente da nação està em tal estado, que pessoas doudas, & zelosas do bem commum, chegaõ a dizer, que he necessario lançar os christãos novos fora do Reyno violentamente pelo aliuia desta carga, ninguem pode negar com justiça, que ao menos se lhe deue de permittir, que se sayão na mesma forma, em que havião de ser expulsos. 2. Porque a experiencia mostrou, que nunca houue christão nouo, que se quizesse ir deste Reyno, que em effeyto se não fosse cada vez, que lhe pareceo, ou tirando licença patentemente, ou vzando de ardil, secreto, & modos occultos, & se a prohibição, que ha, não serue de mais, que de publico testemunho da desconfiança, que temos dos christãos novos, a prudencia, & bom gouerno pede, que se tire. 3. Porque ou o christão nouo, que se vay, he verdadeiro christão, ou herege occulto, se he verdadeiro christão injustamente se lhe nega a sahida, & liberdade, que tem os mais christãos, & se he judeo occulto o melhor he abri-lhe a porta, & fazer-lhe ponte de prata, porque em quanto està occulto, pôde prejudicar muito, & não pôde ser nem impedido, nem castigado, & sempre os Padres antigos aconselharaõ esta regra, *ut videre licet apud Diuum Hieronymum in epistolam ad Galatas capite 5. exponentem*

illa verba: *Modicum fermentum totam massam corrumpit.*
Leonem Papam: serm. 18. de passione, Cyprianum libro 1.
epistolarum 3. epistola ad Cornelium, & Athanasium in
vita sancti Antonij: por onde os Emperadores tiue
raõ por primor de christandade conformarse cõ
ella, como se vê *leg. 2. Cod. de summa Trinitate, &*
leg. Quicumq; Cod. de hæreticis.

Nem ha fundamento para algũs repugnarẽ a
este meyo com dizerem, q̃ com se dar esta liber
dade aos christaõs novos, se dá occasiã a se di
minuir a fazenda do Reyno, & se acrescentar o
poder aos inimigos, assi com suas pessoas, com o
com suas fazendas. 1. Porque a experiencia he a
que dá certeza aos discursos, como proua Aristo
teles, & a experiencia mostrou, q̃ nos dez annos,
em que durou a liberdade, que a Magestade del
Rey Dom Phelipe II. de Portugal deu no anno
de 1601. permittindo aos christaõs novos sahirem
se para onde quizessem, não trouxe nenhum per
juizo nesta parte, porque se achou feita diligen
cia, que nenhum christaõ nouo de consideraçã
se foi para fora do Reyno, & muito mais sem cõ
paraçã nenhũa, se foraõ depois que se reuogou
a liberdade. 2. Porque muito maior he o detri
mẽto, que se segue ao Reyno, em reter estes chris
taõs novos sem sahida, que em lhe abrir a porta
porque sahindo os Christaõs velhos cada dia em
grãde numero para as conquistas onde morrẽ pe
las

las incômodidades das nauegaçoens, & aspereza dos climas, nũqua pode ser nem salutarifero, nem proueitoso, ter os christãos novos em viueiro cõ continuo crescimento, & a boa razão pede, que vão tambem diminuirse pelos mares, & terras, em que os Christãos velhos acabão, & se se desencaminharem na Religião, tambem por là ha tribunaes, Bispos, & Ministros do S. Officio, q̃ acodẽ com vigilancia, & cõ effeito com ajuda de muitos Religiosos, q̃ podẽ zelar, & zelão seu procedimẽto.

Muito menos ha que reparar no que dizem outros, que os christãos novos saindose para outras prouincias onde ha judeos, se podem preuerter. 1. Porque se estes christãos novos sãõ na verdade Christãos, sempre se deue de presumir, que se não deixaraõ preuerter se não for em hum caso raro, que tambem pôde acõtecer a hũ Christão velho, que entrã em Cidade, & Reyno de Lutheranos, & Caluinistas; & se sãõ judeos ocultos, & christãos fingidõs, melhor he iremse descobrir com outros de sua crença, que ficarẽ no Reyno profanando os Sacramentos, contaminando, & apeçonhentando a parte, que estã inteira. *Sermo enim illorum, vt cancer serpit, como diz S. Paulo 2. ad Timoth. 2. num. 17. & os Sanctos a cada passo prẽgaõ.*

A tudo isto acrescẽ ter a magestade del Rey Dõ Phelipe II. dado esta liberdade pẽr contrato reciproco, & oneroso por hũ seruiço, q̃ lhe fizeraõ

os christãos novos deste Rêyno de duzentos mil
cruzados; porq̃ o Principe tem obrigação de cõ-
prir estes contratos, *cap. 1. de probationibus leg. 1. &*
2. ff. de officio Procurat. Casaris, com outros muitos Tex-
tos, que pondera Baldo *lege princeps, ff. de legibus, &*
Gabriel titulo de iure quæsito non tollendo, conclusione
5. num. vlt. & ainda que sempre se ha de dizer,
que sua Magestade teria justa causa para reuo-
gar esta liberdade sem lhe tornar os duzentos
mil cruzados, que recebeo sua fazenda, não fal-
ta quem impugne esta reuogaçam por escrito:
& bem he que os ministros, & conselheiros de
sua Magestade fação nesta occasião consideração
do que pertence a esta materia, principalmente
podendose cuidar, que està acabada a causa, que
moueo sua Magestade a fazer a dita reuogaçam,
ficando a causa nos termos em que torna a resul-
tar a obrigação, conforme a doutrina de *Menoch.*
illust. cap. 3.

O segundo meyo approuado he ter sempre a
Inquisição a porta aberta com perdão inteiro, &
reconciliaçam secreta para todos aquelles que
se vierem accusar sem estarem denunciados, ain-
da que se não recorra a sua Magestade, ficando
tudo no poder ordinario dos mesmos Inquisido-
res. E este meyo tem muita conueniencia. 1. Por
que tendo os christãos novos sempre està porta
aberta com perdão inteiro, & sem afronta facilitar
sehaõ,

sehaõ, & ficaram fora dos inconuenientes; que se seguem em elles perseverarem no judaismo, & se irem remontando com cuidarem, que pôde hauer difficuldade na reconciliaçam. 2.^a Porque desta maneira se fica a Inquisição liurada de hũa continua calumnia, com que os christãos novos a pretendem desauthorisar, dizendo, que os Inquidiores não leuão tanto o olho na emenda de seus erros, quãto na vtilidade do fisco. E se nesta materia estã já introduzida algũa cousa nos tribunaes da Inquisição, he bem, que se deuulgue, para que se atalhe a este rumor, que he de importácia.

Aduirto aqui, q̃ no vzo deste remedio he necessario hauer muita cautella, & prudencia, porq̃ pôde acontecer irse o christão nouo accusar dante mão, por se ver em perigo de ser denunciado, & querer por esta via tomar carta de seguro; & neste caso manda todo o direito, que por seu dito nos complices, se não faça nada *iuxta leg. non mnes. §. final. ff. de re militari*, & outros muitos Textos, que allega, & pondera Farinacio *quest. 43. num. 192.* Ajuntando tudo o que ponderaõ os Doctores Legistas, *Super leg. fin. Cod. de accusationibus ad illa verba cum veteris iuris authoritas de se confessos, ne interrogari quidẽ de aliorum conscientia finat.* Porque todos fazem particular força, em nunca se hauer de crer em prejuizo dos complices, ainda nos delictos exceptuados, aquelles q̃ liure, & espontanea

C 3

mente

mente vão confessar seus delictos, & descobrê cõ
plices, ou cõ esperança de perdão, ou com intecção
de aliuiarem sua culpa cõ a authoridade dos cõ-
panheiros; & na mesma conformidade vão os Ca-
nonistas cap. Veniens de testibus ad illa verba: Cum nul-
li de se confesso aduersus alium in eodem crimine sit cre-
dendum, com quem se conformão os Theologos,
Teste Leonardo Lessio de iustitia lib. 2. c. 30. dub. 5.

O terceiro remedio approuado he, desterrar
para fora do Reyno, & terras sogeitas às Coroas
de sua Magestade todos aquelles q̃ forem conuê-
cidos de judaismo, & julgados por apostatas de
nossa sancta Fè, como se mostrou, q̃ conuinha, &
era necessario, em hũ papel impresso, q̃ se mādou
a sua Magestade em outra occasiã. 1. Porq̃ a pru-
dencia natural está ditando em regra cõmum, q̃
haja separação dos delinquêtes, onde pòde hauer
perigo de contagio, depois do mal conhecido, co-
mo prouão *Alexandre Terceiro cap. Relatum, ne cleri-*
ci, vel monachi, Honorio 3. cap. Ea que de statu monacho-
rum, Innocencio 3. cap. cum in Ecclesijs de maiortate, &
obedientia. E como nesta confrontação falle o Em-
perador Constantino Magno naquelle ediçto, q̃
fez contra os hereges, que naceraõ, & se criaraõ
entre Catholicos, & refere *Baronio tom. 3. anno 316*
manifestamente se infere, q̃ tambẽ estes hereges
conuencidos deuem ser desterrados, & particular-
mente por se saber, que os outros christãos novos
errados

errados se fião mais delles por entenderem, que já não tem remedio, em se tornarem accusar, & descobriré os cõplices. 2. Porqu e sempre os sũmos Pontifices, & Concilios determinarão, q̃ os hereges fossem deitados das Cidades dos Christãos Catholicos, como consta do *cap. de Lignibus 23. q. 8. & do Concilio 6. Toletano cap. 30. o* qual depois de ter approuado o feito del Rey Chintillano del Hespanha manda, q̃ nenhũ Rey de Hespanha possa entrar em posse do Reyno, sem primeiro jurar de deitar fora de seu Reyno todos aquelles, q̃ não forem Catholicos, & com esta determinação se cõformaraõ os Emperadores, como se vê *in Cod. Theodosiano sub titulo de hereticis prasertim leg. 29. 30 32. & 34. & mais largamẽte mostraõ S. Agostinho tom. 7. lib. 2. contra duas epistolas Gaudentij, Sulpicius lib. 2. historia sacra, Sozomenus lib. 7. cap. 5. Nicephorus lib. 10. cap. 8. Pamelius lib. de religionibus varijs non admittẽdis. cap. 15. & Baronius tom. 5. anno 394.* Por onde se conclue, que se todos estes sanctos Pontifices, & Emperadores foraõ viuos, & se acharaõ presẽtes nesta occasiã, sem duuida votarão, & determinaraõ, que fossem desterrados todos os christãos nouos, que sahissẽ conuencidos de judaismo, & apostasia no Reyno de Portugal.

Nem ha fundamento para reparar em estes judeos, & apostatas terem já abjurado, & estarem reconciliados com a Igreja. 1 Porque claramente se

sabe, que os judeos conuencidos ordinariamente ficão hereges, & apostatas no coração, da mesma maneira, que antes o eraõ, & que fingem reduzir-se por euitarem a morte, & fogo a que haõ de ser condenados em caso, que mostrem perseguir em seus erros, pois viuendo toda a sua vida judeos, & chegando a judaizar muitas vezes ate nos proprios carcereos subitamente dizem que mudão o parecer sem ate então terem nem noua instrucção, nem noua satisfação nas duuidas, que tiueraõ contra os misterios, & fundamentos de nossa sancta Fé; & ainda que Deos por extraordinaria illustraçã possa subitamente mudar os coraçoes destes homẽs, não vemos ategora hõmem da nação, que chegasse a este ponto, & desse melhores mostras de sair conuencido do que tinha dado em outros tempos.

2. Porque muitos destes christãos novos depois de sahirem da Inquisição fogem para outros Reinos, & là se descobrem por judeos, & nenhũ dos que ficão se deixa permanecer em Portugal, senão porque estã penhorado com casa, com filhos, parentes, & commodidades, & arrecea a ventura, que pode correr, se for a viuer entre estrangeiros fora da patria, em que nasceo, & supposto isto toda a boa razão estã pedindo, que os constranjão sahirem-se do Reyno, pois he certo, que muito mais prejudiciaes sãõ os hereges fingidos,

fingidos, & dissimulados, que os hereses descubertos, como suppoem o Emperador Arcadio naquella sua celebrada epistola, que poem Marcos Diacono in actis sancti Porphirij, & de que manou o edicto, que refere Baronio tom. 5. anno 397. §. Doctores. E porque no papel impresso, que já se offereceo a sua Magestade sobre esta materia se recorre a todos os mais argumentos, que pòde hauer em contrario, não faço maior apontamento.

Algũas pessoas doctas, & zelozas tẽ para sy, q̃ este remedio se deue de estender tambem aos filhos daquelles, que sahirem conuencidos de judaismo pela presumpção particular, que redundade não poderem deixar de ser judeos aquelles, q̃ são filhos de judeos, principalmente estando debaixo de seu poder; porẽm esta extensão parece demasiadamente rigurosa. 1. Porque não he razão, que se estenda a pena onde não ha certeza da culpa, *iuxta legem sancimus, Cod. de pœnis peccata suos teneant auctores, nec ulterius progrediatur metus quam reperiatur delictum, leg. si quis in suo. §. Legis, Cod. de inofficioso testamento, leg. si pœna, & leg. crimen. ff. de pœnis* com os mais Textos, & Doctores, que largamente refere Farinacio tomo 1. questione 24. n. 1. 2. Porque a experiencia tẽ mostrado, que sempre os pays confitentes dão nos filhos se os tiuerão por cóplices de seu delicto; & se os não declarão nas

nas confissões, bem se pòde tomar por bastante argumento, que se não fiarão delles, & sendo os filhos innocentes, a razão pede, q̃ nesta parte sejam releuados da pena da deportação, & desterro, pois como està dito, he grauíssima, & nunca se deue de dar sem o delicto estar prouado em forma, como mostra Farinacio quæst. 19. num. 15.

O quarto meyo approuado he, serem desterrados na mesma forma todos os christãos novos, q̃ sahirem nos autos julgados por vehemente sospeitos na Fê. Este remedio, ainda q̃ pareça riguroso, està fundado em muita equidade, & justiça. 1. Porque pelo mesmo caso, que estes homẽs sahirão condenados por sospeitos na Fê tem a Republica fundamento para se acautelar delles, apartãdose de sua conuersação, & trato, pois não saem nem arrependidos, nem confitentes. E hauendo de hauer apartamento, claramente se infere, que a tal separação se ha de fazer sem incômodidade da Republica da parte dos delinquentes, & deste genero de hereges parece, que falla dereitamête o edicto de Constantino Magno, que refere *Baronio tom. 3. anno 316. Nequaquam patiemur huiusmodi malorum contagionem longius serpere, praesertim cum longa dilatio faciat, ut sani, ac valentes pestifero inficiantur morbo.* 2. Porque estes reos não podem ser condenados por vehemente sospeitos, sem terem proua forçosa contra sy, & ainda q̃ esta não seja perfeita, nem baſte

baste para a pena ordinaria, como se determina
 em direito *cap. Accusatus de hereticis in 6. & mostra*
Peña in directorio part. 2. comment. 15. basta para pena
 arbitraria, como proua *Locatus in indiciali Inquisito*
rũ verbo suspicio n. 16. & Farinacio in appēdice in tract.
de heresi q. 187. §. 3. E nas penas arbitrarías de casos
 capitais, que prouandose inteiramente tem mor-
 te natural, tambem entra a pena de desterro, cõ-
 forme aos principios que poem *Farinacio tom. 1. q.*
17. n. 34. & n. 53. 3. Porque a disposiçãõ dos Em-
 peradores authentica *Gazaros Cod. de hereticis, §.*
Qui autem, tira toda a duuida nesta materia, porq̃
 manda ter por banitos, & pelo consequinte dester-
 rar todos aquelles, que forem sospeitosos de here-
 sia, & não derem inteira satisfacão, como estes na
 verdade não dão quando saem condenados nesta
 forma. *Qui autem inuenti fuerint sola suspitione notabi-*
les, nisi ad mandatum Ecclesie iuxta considerationem sus-
picionis, qualitatemq; personæ propriam innocentiam ca-
nonica purgatione mōstrauerint, tanquam infames, & bā-
niti ab omnibus habeantur. E para q̃ não houuesse
 controuersia na declaracão deste Texto, *Dinyfio*
Gotfreda, onde o Texto diz, *banniti,* poe por explica-
 ção, *exules,* por onde *Baldo leg. 1. Cod. de heredibus in-*
stituent. n. 4. Iulius Clarus in practica criminal. p. 91. &
Prospero, Farinacio allegando muitos outros Doctores to-
mo 1. q. 19. num. 17. dizem que *bannito,* he o mesmo,
 que *iecto, desterrado, & deportado.*

22

Nem ha fundamento para reparar no rigor de
ste meyo. 1. Porque a Igreja não vza de piedade
senão com aquelles, q̃ mostraõ ao menos exterior
mente arrependimento, & confessaraõ suas cul-
pas, & todos estes homẽs, q̃ saẽ nos cada falsos jul-
gados por vehemente sospeitos, saõ negatiuos, &
pelo conseqũte deuem ser julgados por impeni-
tentes no crime, que cõtra elles se presume, & por
incapazes de a Igreja vzar com elles de misericor-
dia naquillo, que com razão, & justiça, se lhe pu-
der dar abaixo da pena ordinaria, como suppoẽ
*O Directorio Inquisitorum. part. 2. quæst. 65. n. 12. & lar-
gamente mostrão Menochius de presumptionibus lib. 1.
quæst. 100. n. 11. Decianus in tract. criminali lib. 3. c. 47. n. 2*
2. Porque na expulsaõ, & degredo daquelles, q̃
forem condenados por vehemente sospeitos, cõ-
corre não somente consideração de pena, senão tã-
bem consideração de proueito cõmun, preserva-
ção dos innocentes, & purificação do Reyno; &
esta consideração basta para justificar qualquer ri-
gor, ainda que por outra via pareça demasiado,
conforme aos principios da *Ley 3. §. Sed ex Sena-
tus consulto. ff. ad legem Cornelianam de sicarijs leg. si quis
abortionis ff. de pœnis cap. Præcipue 1. q. 3. glos. cap. Ne-
mo 32. quæst. 4. que ponderaõ Tiraquello de pœnis temp.
causa 43. n. 53. Carrerius in praxi tract. de homicidio n.
27. Menoch. de arbitr. casu 358. num. 4. lib. 2.* pois he
certo, que o bem cõmun, se ha de sostentar a in-
da

da com detrimento dos particulares. *do*

O quinto meyo approuado he; serem julga-
dos, & condenados por dogmatistas todos aquel-
les, que forem conuêcidos de ensinarem o judaí-
smo a outros, ainda que sejam seus proprios filhos.
Este remedio he hũ dos mais efficazes, que nesta
materia se representão. 1. Porq̃ a experiencia tem
mostrado, que nunca os judeos podem ter segu-
rança nos complices de seu delicto, pois vemos
cada dia, que de ordinario os cõplices dão nelles
tanto que se vem apertados por tormento, ou re-
laxados por sentença intimada; & se isto assi he, to-
dos haõ de temer muy grandemente serem con-
denados sem remedio, se os cõplices descobrirem
que elles os ensinaraõ; & faltando quem ensine o
judaismo em particular todo elle se remediara
em muy breue tempo. 2. Porque ficando os In-
quisidores por esta via obrigados a perguntar aos
judeos pelas pessoas, que os ensinaraõ, se entende-
rã por via mais segura, & facil a verdade de suas
confissões, quando se reduzirem. 3. Porque não
ha cousa nem mais justa, nem mais adequada cõ
a razão, que acrescentar o rigor, & seueridade on-
de crescem as culpas, para que a maior vexaçã
de maior entendimento, & maior pena, faça mais
difficultosos os delictos, & como o judaismo ne-
ste Reyno de Portugal, vay em tanto crescimen-
to, quanto cada dia vemos, todos os homens pru-
dentes

28
dentes deuem de julgar, que he lanço forçoso buscar remedios extraordinarios, & acrescentar o castigo, ao menos naquelles q̃ são mestres dos outros, & causas da corrupção, que se vay seguindo.

Nem ha que reparar em este remedio limitar a misericordia, que os summos Pontifices *cap. Ad abolendam, §. Presenti de hereticis*, & os Emperadores *leg. Manicheos, §. Præterea Cod. de hereticis* derão àquelles, que se conuertessem. 1. Porque nós não dizemos, q̃ este remedio se ponha em execução s̃e authoridade do summo Pontifice. E vindo sua ordem pela necessidade, que ha, tudo fica cohonestado. 2. Porq̃ o crime da heresia he o mais digno de pena de morte, q̃ todos os outros delictos, como mostraõ *Simanchas catholicarum institut. tit. 46. rubr. de pœnis num. 1. & seqq. Castro lib. 1. cap. 12. de iusta hereticorum punitione, Decianus in tract. crim. lib. 5. cap. 42. num. 1. Azor tomo 1. institut. moral. lib. 8 cap. 13. Rub. de quarta hereticarum pena, & Sanches in Decalogo, lib. 2. cap. 9. Rub. de excommunicatione n. 1. post Dinum Thomam 2. 2. q. 11. art. 3.* E hauendo em outros delictos menores, como são homicidio, furto, & incesto, pena de morte sem nenhũa misericordia, nunca pode hauer nem sombra de injustiça, em se pôr ao crime de heresia nestas circunstancias castigo de morte, sem nenhum genero de remedio.

O sexto meyo approuado he conformarse sua Magesta

Mageſtade de algũa maneira nas couſas politicas
 com a limitação, que puzeraõ os ſummos Ponti-
 fices Clemente Oſtauo, & Paulo Quinto quan-
 do mandaraõ, que nenhum chriſtaõ nouo podeſ-
 ſe ter beneficio curado, & dignidade, ate a quin-
 ta, & ſetima geração, & paſſado o ſeptimo grão
 paſſaſſe eſte rigor, porque a conueniencia pede, q̃
 os principes ſeculares ſe cõformem em ſemelhã-
 tes couſas com os Principes eccleſiaſticos, a quem
 dereitamente pertencem os negocios da Fè, & q̃
 ſua Mageſtade em conſeſquencia dê priuilegio de
 Chriſtaõs velhos àquelles, que paſſando do quin-
 to, ou ſeptimo grão depois do primeiro conuer-
 tido prouarem legitimamente, que nunca em
 ſua geração houue peſſoa comprehendida de ju-
 daiſmo, & apoſtaſia, & que os taes ſejaõ admitti-
 dos aos officios, & beneficios ordinarios ſem im-
 pedimento, tirando nos tribunaes, & officios da
 Inquiſição, porque eſtes conuem ficarem ſempre
 purificados ſem exceição pelas razoões, que logo
 á viſta ſe alcançaõ ſem largos diſcurſos. Eſte re-
 medio tem muita conueniencia. 1. Porque todo
 o bom gouerno conſiſte em caſtigo para os maõs,
 & premio para os bons, & com iſto ceſſará o quei-
 xume vniuerſal, com que os chriſtaõs novos ſe
 deſinquietaõ, dizendo, que neſte Reyno tudo he
 rigor para elles, & que ſe não faz diſtinção de
 bons. 2. Porque praticandoſe eſte remedio o de-
 ſejo

sejo de hõra farã aos christãos nouos vigiarẽ mais
sobre suas familias, por não chegarem com algũa
interrupçaõ a dilatarem o priuilegio. 3. Porque
Nauarro in manuali cap. 27. num. 205. Suarius tomo 5.
disputat. 35. sect. 3. num. 8. & Sanches in Decalogo lib.
2. cap. 28. num. 11. dizem, que aquelles que nun-
qua tiueraõ em sua ascendencia pessoas compre-
hendidas, deuem de ser tratados por christãos ve-
lhos, & supposta esta doctrina, toda a boa razão
pede, que ao menos sendo os cinco, ou sete grãos
passados, fique isto declarado por ley, & regra
yniuerfal.

O Bispo Inquisidor Gerat.

125-362
x4 m

